



Boletim Semanal

Filiado à CUT/FENAJUFE

Sindjus

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF

Sexta - feira • 24 de novembro de 2006 • Ano VI

A votação dos PLNs ou indicativo de greve

*Sindjus convoca servidores para sessão do Congresso, próxima terça-feira
Se PLNs não forem votados, quarta-feira haverá assembléia*

Depois de sete meses sem conseguir quorum para realizar uma Sessão do Congresso, há, pela primeira vez, uma convocação de deputados e senadores para se reunir na próxima terça-feira (28/11), às 19h, para votar, entre outros projetos, os PLNs 11 e 12/06, que garantem verba para os nossos PCSs.

Os servidores do Judiciário e do MPU esperavam que essa sessão acontecesse ainda esta semana, mas o presidente do Senado, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), em razão de acordo fechado entre as lideranças partidárias, a sessão não pode ser realizada.

A falta de quorum causada pelo processo eleitoral e o desentendimento entre os partidos vem impedindo a realização de uma sessão desse tipo desde maio de 2006.

O Poder Judiciário, que poderia ter um papel fundamental na pressão do Legislativo, não vem dando a devida atenção aos projetos dos servidores. A ministra do STF, Ellen Gracie, que diante de coordenadores do Sindjus ressaltou a importância de aprovar os projetos para o bom andamento dos trabalhos do STF, poderia fazer mais, até mesmo priorizar o projeto dos servidores diante das demandas do Supremo.

Tentando superar os desafios impostos pela agenda do Legislativo, o Sindjus convoca todos os servidores para comparecer na próxima terça-feira, às 19h, no Salão Verde da Câmara. Juntos, vamos pressionar para que a sessão ocorra, de fato, e que os parlamentares aprovem os PLNs 11 e 12/06.

Se mesmo assim os projetos que garantem crédito para nossos PCSs não forem votados na terça-feira, faremos uma assembléia com indicativo de greve na Praça dos Tribunais, a partir das 17h de quarta-feira (29/11).

O Sindjus tem trabalhado desde setembro junto aos deputados e senadores, mantendo contatos diversos no sentido de conseguir acelerar a votação dos PLNs e incluir as duas matérias na pauta da primeira sessão conjunta do Congresso – que não é realizada há sete meses. Assim como os PLNs 11 e 12/06, outros projetos importantes para os brasileiros esperam quorum do Congresso Nacional.

Os PCS do Judiciário e do MPU foram aprovados pela Câmara e pelo Senado em setembro, mas dependem da votação dos PLNs para serem submetidos à sanção presidencial.

AGENDA DOS SERVIDORES

(Judiciário e MPU)

Próxima semana (28 e 29/11)

TERÇA-FEIRA (28/11)

Acompanhamento da sessão conjunta do Congresso – servidores devem chegar por volta das 17h

Mobilização chamou atenção no Congresso

Em sintonia com a realidade, os servidores atenderam ao chamado do sindicato. Cerca de 500 servidores compareceram ao Congresso Nacional nos últimos dois dias, chamando a atenção de deputados e senadores para a aprovação dos PLNs 11 e 12/06. Divididos em grupos de cinco pessoas, eles conversaram com várias lideranças, das quais os senadores Romero Jucá (PMDB-RR) e Arthur Virgílio (PSDB-AM), os deputados Michel Temer (PMDB-SP), José Múcio Monteiro (PTB-PE), Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) e Moreira Franco (PMDB-RJ).

O objetivo foi um só: entregar uma carta pública expondo os motivos pelo qual é de fundamental importância que os PLNs 11 e 12/06 sejam votados urgentemente – como forma de permitir a sanção dos dois PCSs - e pedir aos partidos o fechamento do acordo que garantirá a realização da sessão do Congresso.

Para a próxima terça-feira (28/11), o Sindjus pede a cada servidor que se esforce para tentar levar mais dois colegas até o Congresso para que as galerias fiquem lotadas.



Dirigentes pressionam Renan Calheiros

Minutos antes de ser anunciado o acordo entre as lideranças para convocar a sessão do Congresso para a próxima terça-feira (28/11), representantes do Sindjus e da Fenajufe participaram de reunião com o presidente do Senado, Renan Calheiros, o líder do governo no Senado, senador Romero Jucá (PMDB-RR) e o deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF). Do encontro também participou o líder do PP na Câmara, deputado Ricardo Barros (PR).

Durante a reunião, no qual os represen-

tantes dos servidores colocaram sua posição, Renan Calheiros afirmou que estava trabalhando desde a última terça-feira para convocar a sessão das duas Casas (Câmara e Senado), expôs as dificuldades que vinha encontrando no sentido de definir um acordo entre todos os partidos para a realização da sessão e disse que seu interesse era permitir a votação dos projetos.

Pouco tempo depois, Calheiros anunciou a realização de acordo e confirmou a sessão para o dia 28.

O impasse Ricardo Barros está próximo da solução

Obstruções do deputado Ricardo Barros (PP/PR) colaboram para a vergonhosa estatística de que o Congresso está há sete meses sem realizar uma votação sequer. A votação dos nossos PLNs 11 e 12/06 e de outros projetos importantes para segmentos da sociedade e do desenvolvimento do Brasil, como um todo, estão sendo impedidas pelo deputado paranaense. Essa é a opinião do próprio senador, como explicita nota divulgada no site da instituição.

O líder do Partido Progressista vem obstruindo a realização da sessão como pressão para conseguir votar o PRN 02/05, que muda o rito de tramitação do projeto de orçamento da União dentro do Congresso, permitindo maior transparência na apresentação e discussão de emendas parlamentares.

No início da noite de quarta-feira (22/11), O líder do governo no Senado, Romero Jucá, começou a fechar um acordo com o deputa-

do (que é autor do projeto), como forma de permitir a sua votação. Durante a reunião com os dirigentes do sindicato, Barros reafirmou que não é contra a votação dos PLNs, apesar de insistir na pressão para votar o seu projeto. Ele, no entanto, confirmou que está próximo de um consenso com as demais lideranças.

Romero Jucá informou que o projeto de resolução de Ricardo Barros receberá algumas mudanças, em comum acordo com o deputado, mas serão mantidos os principais artigos. Conforme o senador, o projeto cortará pela metade o número de deputados e senadores que hoje integram a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Os 63 deputados serão reduzidos a 30, enquanto o número de senadores cairá de 21 para dez. Entretanto, será retirado o item do projeto que determinava o rodízio anual dos parlamentares da comissão.